Assembleia da República
Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 325671
Classificação
05/03/02
Data
9 8 31

PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça-se
Publique-se
31 / 08 / 2009
O Secretário da Mesa
Recorreia

☐ **REQUERIMENTO** **Número** /x (.ª)

☒ **PERGUNTA** **Número** 4053 /x (4 .ª)

Assunto: Situação dos trabalhadores do bingo do Brasília

Destinatário: Ministério da Economia e da Inovação

Por determinação de S.Ex.ª o Sr. Secretário da Mesa
09.08.31

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

A situação dos trabalhadores da sala de jogo do bingo sita no centro comercial Brasília na cidade do Porto é preocupante e exige, na nossa opinião, uma urgente intervenção do Secretário de Estado do Turismo.

Embora a concessão em vigor seja da empresa SOPETE – Sociedade Poveira de Empreendimentos Turísticos, S.A, é a empresa Sociedade Nortenha de Gestão de Bingos S.A que actualmente gere esta sala de jogo do bingo.

Acontece que esta empresa anunciou, ou melhor, ameaçou os trabalhadores com encerramento compulsivo, sem a precedência de qualquer processo de negociação ou de despedimento colectivo, no passado dia 11 de Agosto. A luta dos trabalhadores e do seu sindicato determinou o recuo da empresa.

Contudo, recentemente a empresa, novamente por carta, ameaça os trabalhadores com o encerramento da sala de jogo. Desta vez, a empresa afirma que a acima referida sala de jogo do bingo irá encerrar no próximo dia 31 de Agosto.

Se é verdade que a concessão desta sala de jogo já expirou há muito, também é verdade que a mesma continua em funcionamento com a devida autorização deste Ministério. Assim, a ameaça de encerramento, além de ilegal não tem qualquer fundamento.

Assim, é razoável que até à abertura de um novo concurso para a concessão se mantenha esta sala de jogo em funcionamento e assim se salvaguardem os postos de trabalho.

Importa também referir que o futuro concurso deve, na nossa opinião, além de salvaguardar os postos de trabalho, assegurar os direitos dos trabalhadores.

A confirmar-se o encerramento, estarão em causa cerca de 43 postos de trabalho, sendo que muitos destes trabalhadores já têm mais de 20 anos de trabalho nesta sala e dificilmente encontram emprego no mercado de trabalho, deixando-os numa situação social preocupante.

Por fim, importa referir que, por causa destas indefinições quanto ao futuro da concessão, estes trabalhadores estão há 3 anos sem aumentos salariais.

Assim ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e nos termos e para os efeitos do 229º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao **Ministério da Economia e da Inovação** o seguinte:

1.º Que medidas vai este Ministério tomar para salvaguardar estes postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, 31 de Agosto de 2009

O Deputado:

(Jorge Machado)